

Compras coletivas sustentáveis

# Licitações mais verdes no governo

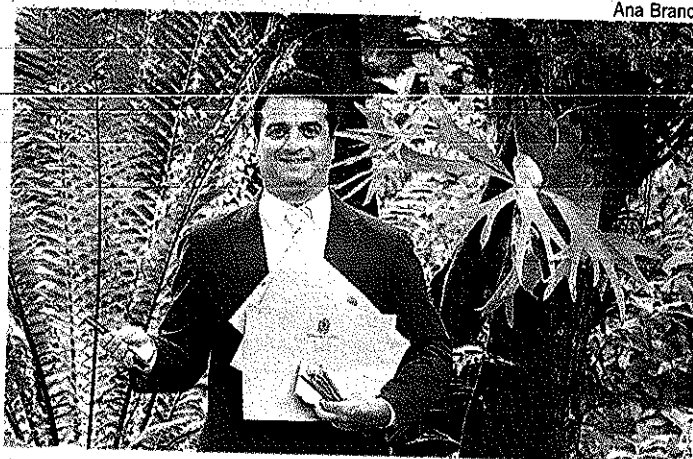
Camila Nobrega

camila.nobrega@oglobo.com.br

A notícia de que 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional dizem respeito às compras públicas ficou na cabeça do diretor de gestão do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Renato Cader, até que ele encontrasse uma ideia para usar o dado em favor da sustentabilidade. Que a proposta precisava passar por critérios de licitações era óbvio, mas como manter preços competitivos? A resposta veio na esteira da maior onda do meio digital no momento: as compras coletivas.

Assim surgiu a ideia do Almoarifado Sustentável, nome dado ao projeto, que começou num pregão online realizado no final do ano passado. Renato Cader publicou a lista dos materiais e as exigências em nome do Jardim Botânico e deixou online o aviso para que outros órgãos federais pudessem entrar no pregão. A iniciativa deu certo e conseguiu atrair órgãos federais de peso, como o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), a Flocruz, a Receita Federal, uma unidade do Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação, por meio da Universidade de Pernambuco. Segundo Cader, foram comprados 49 itens sustentáveis, entre lápis feitos de madeira de manejo sustentável, papel reciclado, ecocopos, pastas de papelão reciclado e outros:

— O diferencial foi o fato de as compras terem sido compartilhadas e levando em conta critérios sustentáveis. A economia, em relação à esti-



Ana Branco

CADER (acima), criador do Almoarifado Sustentável

mativa inicial, foi de 49,89%. Compramos pelo preço de produtos tradicionais. Se todos os órgãos públicos fizerem isso, será um impulso para a economia verde.

No total, foram contratados R\$ 1.449.671,18 no pregão. A economia para o Jardim Botânico foi de R\$ 723 mil. Para participar, as empresas precisavam apresentar descrição do material usado no produto, da cadeia de fornecedores e também um orçamento viável, já que se tratava de uma grande compra. As exigências eram ambientais e sociais. As contempladas tinham que comprovar, no mínimo, cumprimento das leis trabalhistas, o que, por incrível que pareça, já elimina muitas empresas.

Segundo Suindara Rodrigues, coordenadora de Planejamento e Orçamento do Jardim Botânico, o pregão mostrou que ainda falta incentivo às empresas que apostam na economia verde:

— Tivemos dificuldade de encontrar fornecedores que atendessem exigências de alguns produtos. E houve em-

presas que se inscreveram, mas não comprovaram a origem do produto. Ainda falta escala nessa economia.

O próximo pregão está previsto para o fim desse ano, e vai contar com um número maior de órgãos. As últimas adesões ao Almoarifado Sustentável foram a Polícia Federal e a Anatel, que pediram para participar na próxima licitação coletiva.

A iniciativa está entre as noticiadas no portal criado pelo Ministério do Planejamento para incentivar as compras públicas sustentáveis (<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br>). No final de 2010, o ministério publicou uma instrução normativa, para orientar os gestores públicos na hora de fazer licitações, levando em conta critérios socioambientais. E, no fim do ano, serão premiadas as melhores iniciativas de compras sustentáveis de todos os estados. O objetivo é que os 15% do PIB destinados às compras públicas — na ordem dos R\$ 600 bilhões — se tornem um instrumento para alavancar os produtos sustentáveis.

